

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Silasneiton Gonçalves**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdcadh@mpms.mp.br](mailto:caopjdcadh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 3878/2018-PGJ, DE 14.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Procurador de Justiça Gerardo Eriberto de Moraes 7 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 8 a 14.11.2018, nos termos do artigo 139, inciso II, e 150, *caput*, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3887/2018-PGJ, DE 14.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o artigo 3º da Resolução nº 007/2017-PGJ, de 9.5.2017,

**R E S O L V E :**

Designar a Procuradora de Justiça Jaceguara Dantas da Silva, Diretora-Geral da Escola Superior do Ministério Público, o Procurador de Justiça Edgar Roberto Lemos de Miranda e a Promotora de Justiça Renata Ruth Fernandes Goya Marinho para, sem prejuízo de suas funções, sob a coordenação da primeira, comporem o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – NUPIA.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3893/2018-PGJ, DE 14.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares aos Procuradores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROCURADOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Ariadne de Fátima Cantú da Silva	2017/2018	30	1º a 30.10.2018
Luis Alberto Safraidier	2017/2018	30	7.1 a 5.2.2019
Sara Francisco Silva	2017/2018	30	3.10 a 1º.11.2018

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3876/2018-PGJ, DE 14.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça de Brasilândia, Paulo Henrique Mendonça de Freitas, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Sessão Plenária do Tribunal do Júri na comarca de Coxim, no julgamento do Processo nº 0002074-91.2017.8.12.0011, no dia 20.11.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3877/2018-PGJ, DE 14.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 13.11.2018, as férias do Promotor de Justiça Gerson Eduardo de Araújo, concedidas por meio da Portaria nº 2047/2018-PGJ, de 15.6.2018.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3879/2018-PGJ, DE 14.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Christiane de Alencar 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 12 a 19.3.2018, a serem usufruídos nos dias 23 e 30.11.2018, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3880/2018-PGJ, DE 14.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Christiane de Alencar 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 22 a 31 de dezembro de 2001, a ser usufruído no dia 3.12.2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3886/2018-PGJ, DE 14.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça William Marra Silva Junior 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 16 e 17.1 e 12.3.2016, a serem usufruídos nos dias 12, 13 e 14.11.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3888/2018-PGJ, DE 14.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Revogar, a partir de 14.11.2018, a Portaria nº 2384/2018-PGJ, de 10.7.2018, que designou as Promotoras de Justiça da comarca de Sidrolândia Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira e Janeli Basso, para atuarem perante a 3ª Vara Criminal da referida Comarca.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3889/2018-PGJ, DE 14.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça de Nioaque, Mariana Sleiman Gomes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Promotoria de Justiça e o Juizado Especial Adjunto da comarca de Bela Vista, no período de 12 a 14.11.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça William Marra Silva Junior.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3890/2018-PGJ, DE 14.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Mariana Sleiman Gomes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 17ª Zona Eleitoral, no período de 12 a 14.11.2018, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça William Marra Silva Junior.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3891/2018-PGJ, DE 14.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o artigo 1º da Lei Estadual nº 5.257, de 20 de setembro de 2018,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso, Matheus Carim Buckner, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, a partir de 21.9.2018, até ulterior deliberação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3892/2018-PGJ, DE 14.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar o Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger para participar do “Simpósio sobre Colaboração Premiada”, que será realizado nos dias 28 e 29.11.2018, em Brasília/DF.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3894/2018-PGJ, DE 14.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Gevair Ferreira Lima Júnior	2017/2018	30	3.4 a 2.5.2019
Thalys Franklyn de Souza	2017/2018	20	12.11 a 1º.12.2018
		10	7 a 16.1.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3897/2018-PGJ, DE 19.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Acrescentar o seguinte período de gozo na escala de férias individuais dos Promotores de Justiça, referente ao segundo semestre de 2018, estabelecida pela Portaria nº 2047/2018-PGJ, de 15.6.2018 alterada pela Portaria nº 3162/2018-PGJ, de 19.9.2018, na parte que concedeu as férias individuais do Promotor de Justiça abaixo indicado:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Oscar de Almeida Bessa Filho	5 a 19.12.2018			

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3906/2018-PGJ, DE 19.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Joana Maria Diedrich, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, para exercer a Função de Confiança – FC2, símbolo MPFC-302, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, prevista no Anexo III da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011; e revogar a Portaria nº 399/2017-PGJ, de 3.2.2017.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3907/2018-PGJ, DE 19.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Caroline Pires Aquino, ocupante do cargo efetivo de Analista/Direito, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, compor a comissão para regulamentar o Estatuto dos Servidores do Ministério Público Estadual, bem como revisar o Plano de Cargos e Carreiras previsto na Lei nº 4.134/2011, de 6.12.2011.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 3850/2018-PGJ, DE 13.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Luiz Leonardo Vilalba, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Atendimento e Suporte, nos dias 9 e 12.11.2018, em razão de licença compensatória referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral da servidora Polliany Martins Lopes Freitas.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 3851/2018-PGJ, DE 13.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Arielle Silva Steiner, ocupante do cargo efetivo Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença para casamento, a partir de 4.1.2019, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 3873/2018-PGJ, DE 13.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Retificar a Portaria nº 3766/2018-PGJ, de 7.11.2018, que designou a servidora Adiemila Paiolla de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, de forma que, onde consta: “prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca”, passe a constar: “prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca”.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 3881/2018-PGJ, DE 14.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Cesar da Silva Junior, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 9 (nove) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, nos período de 6 a 14.11.2018, inicial, nos termos do inciso II do artigo 130, e do artigo 146, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, os artigos 25 e 26 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, que dispõe sobre a perícia médica oficial do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 3882/2018-PGJ, DE 14.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Aydil Carneiro de Souza, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança – FC5, símbolo MPFC-305, nos dias 19 e 20.11.2018, em razão licença compensatória referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral, e no período de 21 a 23.11.2018, em razão de banco de horas do servidor Cecilio Leandro Echeverria.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 3883/2018-PGJ, DE 14.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Ana Emília Alves Barbosa, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 11ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 8ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 11 a 19.12.2018, em razão de férias da servidora Maisa Taylã Ferreira Galeano Damaceno.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 3884/2018-PGJ, DE 14.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Eliane de Azevedo Duarte, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 12 a 26.11.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**PORTARIA Nº 3885/2018-PGJ, DE 14.11.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Silmara Diniz Paulino da Rocha, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 8ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 30.11 a 10.12.2018, em razão de férias da servidora Maisa Taylã Ferreira Galeano Damaceno.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo em exercício

**CONSELHO SUPERIOR**

**PAUTA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.**

**6. Expedientes:****6.1. Expediente encaminhado para apreciação:****1. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Ofício nº 0780/2018/31PJ/CGR.

**6.2. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 43ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001821-6.

**2. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003766-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003765-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003764-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003763-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003762-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003761-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004449-8.

**3. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000835-8.

**4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004402-1.

**5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002322-6.

**6. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000976-0.

**7. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001363-2.



**8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000205-7.

**9. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002455-1.

**6.3. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise em bloco das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:****6.3.1. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002185-4.

**2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.000000727-0.

**6.3.2. CONSELHEIRO BELMIRE SOLES RIBEIRO:****1. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002170-0.

**2. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000642-7.

**3. Promotoria de Justiça da comarca de Dois Irmãos do Buriti:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.000002107-2.

**4. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002140-0.

**5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002259-7.

**6.3.3. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:****1. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002257-5.

**6.3.4. CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002077-7.

**2. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002222-0.

**3. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.000001181-5.

**4. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001962-6.

**5. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001535-2.

**6. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001833-8.

**7. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002181-0.

**6.3.5. CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:**

- Procedimento Preparatório nº 12/2013.

**6.3.6. CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:****1. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002234-2.

**2. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002003-3.

**6.3.7. CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:**

- Procedimento Preparatório nº 22/2011.

**6.3.8. CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:****1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002297-5.

**2. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000011-1.

**3. Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes:**

- Inquérito Civil nº 10/2015.

**4. Promotoria de Justiça da comarca de Nova Alvorada do Sul:**

- Inquérito Civil nº 15/2014.

**6.3.9. CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Pedro Gomes:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.000001546-6.

**2. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001903-7.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002037-7.

**3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002177-6.

**4. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001029-0.

**7. Ordem do dia:****7.1. Matéria Administrativa:****7.1.1. Oitiva *ad referendum* do Conselho Superior sobre a seguinte designação:**

- **Portaria nº 3564/2018-PGJ, de 19.10.2018.** Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça o Procurador de Justiça Evaldo Borges Rodrigues da Costa para, sem prejuízo de suas atribuições, compor o Conselho Administrativo-Consultivo da ESMP-MS, até ulterior deliberação.

**7.1.2. Julgamento de processo:****1. Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002947-9**

Assunto: Regulamentação acerca da possibilidade legal de manutenção ou suspensão do sigilo nos procedimentos após o seu arquivamento.

**Relatora Conselheira Jaceguara Dantas da Silva**

**7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****7.2.1. Processos com pedido de vista:****1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2018.00005845-2**

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Naviraí

Recorrente: Sociedade Brasileira de Dermatologia – Regional de Mato

Grosso do Sul

Adv.: Rodrigo Martins Alcântara – OAB/MS 8.158

Assunto: Apurar eventuais irregularidades cometidas pela dentista Adriana Vanessa da Silva em aplicar toxina botulínica para fins estéticos, a qual só pode ser realizada por médicos e odontólogos, estes em caso eminentemente relacionado com a odontologia (interior da boca), sem cunho estético facial

**Relator: Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto**

**Voto-vista: Procurador-Geral de Justiça, Paulo Cezar dos Passos**

**Voto-vista: Corregedor-Geral do Ministério Público, Marcos Antonio Martins Sottoriva**

**Julgamento adiado, na reunião do dia 25.9.2018, em face do pedido de vista do Corregedor-Geral do MP Marcos Antonio Martins Sottoriva, após o Relator votar pelo provimento do recurso interposto e pela não homologação da promoção de arquivamento e o Procurador-Geral de Justiça e Presidente do Conselho Paulo Cezar dos Passos em seu voto-vista votar pelo improvimento do recurso interposto. Os demais Conselheiros aguardam.**

**2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000521-7**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa pela Prefeitura Municipal de Água Clara, decorrente do inadimplemento do pagamento referente ao objeto do contrato nº 68/12 (procedimento licitatório nº 45/12).

**Relator: Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto**

**Voto-vista: Corregedor-Geral do Ministério Público, Marcos Antonio Martins Sottoriva**

**Julgamento adiado, na reunião do dia 6.11.2018, em face do pedido de vista do Corregedor-Geral do Ministério Público, Marcos Antonio Martins Sottoriva, após o Relator votar pelo não provimento do Recurso. Os demais Conselheiros aguardam.**

**3. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001067-5**

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Paulo Manoel Menino Gonçalves

Assunto: Apurar eventual falsidade ideológica e infração administrativa praticadas por P. M. M. G. ao formular o pedido de alvará judicial nº 0000690-48.2017.8.12.0026 perante a Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Bataguassu solicitando autorização para a entrada e a permanência de menores em evento musical realizado na cidade de Bataguassu-MS.

**Relator: Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto**

**Voto-vista: Corregedor-Geral do Ministério Público, Marcos Antonio Martins Sottoriva**

**Julgamento adiado, na reunião do dia 6.11.2018, em face do pedido de vista do Corregedor-Geral do Ministério Público, Marcos Antonio Martins Sottoriva, após o Relator votar pelo não provimento do Recurso. Os demais Conselheiros aguardam.**

**4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000285-7**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Denis Soares de Azevedo

Assunto: Apurar suposta irregularidade no exercício de cargo em comissão ocupado pelo servidor Denis Soares de Azevedo, conforme manifestação n. 11.2016.0000910-4, enviada pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

**Relator: Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto**

**Voto-vista: Corregedor-Geral do Ministério Público, Marcos Antonio Martins Sottoriva**

**Julgamento adiado, na reunião do dia 6.11.2018, em face do pedido de vista do Corregedor-Geral do Ministério Público, Marcos Antonio Martins Sottoriva, após o Relator votar pelo não provimento do Recurso. Os demais Conselheiros aguardam.**

**7.2.2. Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****7.2.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000313-4 - SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000327-8**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Loteamento Chácara Bacuri, lote nº 44, Zelia Dantas Assis

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do imóvel denominado Chácaras Bacuri lote nº 44, localizado no Município de Dois Irmãos do Buriti/MS.

**3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000310-1 - SIGILOSO**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

**7.2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.000002434-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Orion

Assunto: Apurar desmatamento irregular no imóvel denominado Fazenda Orion, de propriedade de Agropecuária Comin Ltda., em Bela Vista/MS.

**2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000162-1**

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerentes: Geraldo Rezende Pereira e Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na aplicação de verbas que teriam sido destinadas à construção de 8 (oito) unidades de saúde, no Município de Dourados/MS.

**3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001368-3 - SIGILOSO**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

**4. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000114-7**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora

Requerente: Prefeitura Municipal de Sonora

Requerido: Município de Sonora

Assunto: Fiscalizar se o Município de Sonora está cumprindo os deveres de regulamentar e exigir o cumprimento do uso de calçadas pelos estabelecimentos comerciais.

**5. Inquérito Civil nº 06.2018.000000380-1**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Enio Henrique de Barros

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do imóvel urbano denominado Lote 13, localizado no Município de Dois Irmãos do Buriti, onde consta como proprietário a pessoa de Enio Henrique de Barros.

**6. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001744-0 - SIGILOSO**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

**7. Inquérito Civil nº 06.2018.00000238-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Glória de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Vanderlei dos Santos Nascimento

Assunto: Apurar a responsabilidade e promoção das medidas judiciais e extrajudiciais eventualmente necessárias decorrentes da poluição sonora produzida pelo estabelecimento comercial denominado KBCEIRA BAR.

**8. Inquérito Civil nº 06.2018.000002133-2**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Bernadino Garahi

Assunto: Apurar eventual dano ambiental, possível degradação da área de preservação permanente e reserva legal, bem como a regularização jurídico-ambiental da propriedade Rancho Alegre, localizada às margens do rio Apá.

**9. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002139-8**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na Câmara de Vereadores do Município de Sonora/MS, praticada com a finalidade manipular a composição de sua Mesa Diretora para o biênio 2019/2020.

**10. Inquérito Civil nº 46/2015**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Empresa Link Ltda.

Assunto: Apurar possível dano ambiental pelo transporte de madeira produto supostamente de crime ambiental e fiscal, realizados pela empresa Link Ltda.

**7.2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002435-1**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Santa Maria

Assunto: Apurar irregularidades ambientais no imóvel denominado Fazenda Santa Maria, em Bela Vista/MS.

**2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000172-1 - SIGILOSO**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**7.2.2.4. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:****1. Inquérito Civil nº 6/2015**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Sidrolândia

Assunto: Apurar possível ilegalidade, no âmbito da Prefeitura Municipal de Sidrolândia, na contratação e na execução da avença com uma empresa de publicidade.

**2. Inquérito Civil nº 20/2011**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeito Municipal de Anastácio, Douglas Melo Figueiredo

Assunto: Apurar irregularidades em contratos licitatórios para contratação de restaurantes e afins, para atender a Prefeitura Municipal de Anastácio/MS.

**3. Inquérito Civil nº 16/2014**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Acompanhar a regularização cadastral dos beneficiários das unidades habitacionais situadas nos loteamentos Mappim, Faixão e Jardim El Paraíso, bem como apurar eventual prática de crime de disposição de coisa alheia como própria por parte dos beneficiários que, de qualquer forma, negociaram as unidades habitacionais pertencentes ao município de Sete Quedas.

**4. Inquérito Civil nº 41/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Araguaia, de propriedade de Claudio Enumo e outros

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Araguaia.

**5. Inquérito Civil nº 62/2014**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Pedro Favoreto Filho

Assunto: Apurar eventual dano ambiental ocorrido na fazenda São Judas Tadeu, consistente na derrubada de árvores esparsas, sem autorização ambiental.

**6. Inquérito Civil nº 10/2013**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na aquisição de pneus para a frota de veículos do município de Douradina/MS.

**7. Inquérito Civil nº 11/2014**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Auto Elétrica e Baterias Paraná Ltda. - ME e o município de Rio Verde de Mato Grosso

Assunto: Apurar suposta irregularidade nos contratos celebrados com a empresa Auto Elétrica e Baterias Paraná Ltda.- ME, de propriedade de Milton Fernandes Silva, inclusive o decorrente do Processo nº 076/2013, Carta Convite nº 007/2013, no valor de R\$ 78.424,10.

**8. Inquérito Civil nº 12/2015**

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nova Alvorada

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nas condições estruturais e de ensino da Escola Municipal Martinho Barbosa Martins.

**9. Procedimento Preparatório nº 13/2016**

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ovídio Empreendimentos Imobiliários Selvíria SPE Ltda.

Assunto: Apurar aspectos acerca da preservação das áreas verdes, bem como da área institucional do residencial Eldorado.

**10. Inquérito Civil nº 10/LCP/2012**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Laguna Carapã

Assunto: Apurar o cumprimento dos dispositivos constitucionais e legais relacionados à área de educação, referente ao SIOPE nº 177/2012 do FNDE pelo município de Laguna Carapã/MS.

**11. Inquérito Civil nº 1/2012**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Itaporã

Assunto: Apurar a correta aplicação dos recursos da FUNASA na realização de projeto de obra de esgotamento sanitário na cidade de Itaporã/MS.

**12. Inquérito Civil nº 93/2008**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Rodeio

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel denominado fazenda Rodeio, de propriedade da Associação das Famílias para a Unificação e Paz Mundial, localizado no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

**13. Inquérito Civil nº 11/2015**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Polícia Militar Ambiental

Requerido: Adaury Albuquerque Souto (Balneário do Adaury)

Assunto: Apurar os danos ocasionados ao meio ambiente pelo funcionamento e operação do estabelecimento potencialmente poluidor denominado “Balneário do Adaury”, situado no município de Bodoquena, sem a licença do órgão ambiental competente.

**14. Inquérito Civil nº 6/2016**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Construtora Ilha Grande Ltda.

Assunto: Apurar eventual irregularidades na construção de casas populares, no município de Novo Horizonte do Sul.

**15. Inquérito Civil nº 7/2013**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Empresa Ouro e Prata Turismo e a Prefeitura Municipal de Aquidauana

Assunto: Apurar denúncia de suposta irregularidade no pagamento de convênio firmado pela Prefeitura de Aquidauana.

**16. Inquérito Civil nº 54/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Estância Pingo D’água, de propriedade de Ladi Moreira Flores

Assunto: Apurar eventuais irregularidades ambientais na fazenda Estância Pingo D’Água.

**17. Inquérito Civil nº 30/2008**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Alwama

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da fazenda Alwama, de propriedade de Walter Augusto de Carvalho e Mario A. de Carvalho, localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização de referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

**18. Inquérito Civil nº 15/2016**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo/MS

Assunto: Apurar a legalidade das doações de áreas públicas para a instalação de frigorífico e de matadouro no município de Ribas do Rio Pardo e possíveis atos de improbidade administrativa decorrentes.

**19. Inquérito Civil nº 13/2014**

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual omissão do Município de Campo Grande quanto à fiscalização dos hospitais/maternidades que aderiram à Rede Cegonha, bem como quanto à realização de campanhas contínuas para ampla divulgação do direito ao parto humanizado à população campo-grandense.

**20. Inquérito Civil nº 45/2015**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Jaraguari

Assunto: Apurar possíveis irregularidades praticadas pelo Prefeito Municipal de Jaraguari/MS, consistente na distribuição de servidores municipais da área de limpeza para outras áreas, configurando desvio de função, assim como eventuais reflexos na seara da improbidade administrativa.

**21. Inquérito Civil nº 26/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Porto Felicidade, de propriedade de Antônio Benedito de Oliveira

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Porto Felicidade.

**22. Inquérito Civil nº 26/2013**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano ao meio ambiente urbano, tendo em vista a utilização de área pública constante no imóvel objeto da matrícula nº 03.239, por particulares, do município de Itaporã/MS.

**23. Inquérito Civil nº 19/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda São Jorge, de propriedade de Antônio Peron

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda São Jorge.

**24. Inquérito Civil nº 11/2015 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça Criminal da comarca de Sete Quedas.

**25. Inquérito Civil nº 10/2014**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano ao patrimônio público, tendo em vista os documentos apreendidos referentes à prestação de serviços pela “lava rápido” de Kaique Freire dos Reis ao município de Douradina/MS.

**26. Inquérito Civil nº 2/2010**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cícero Miguel dos Santos

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais em virtude de extração de cascalho sem o indispensável licenciamento ambiental, na propriedade denominada Sitio São José, localizado no município de Itaporã/MS.

**27. Inquérito Civil nº 22/2015**

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande - SESAU

Assunto: Apurar se há falta de profissionais, equipamentos, aparelhos e insumos na UBSF Serradinho.

**28. Inquérito Civil nº 2/2015**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo

Requerentes: Joe Alves dos Santos e Vinícius Meira

Requerido: Município de Japorã

Assunto: Apurar reclamações ambientais referente ao “lixão” municipal de Japorã.



**29. Inquérito Civil nº 8/2013**

Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual existência de loteamento clandestino, denominado “João de Deus”, promovido pelo Sr. José Antônio Vieira.

**30. Inquérito Civil nº 23/2015**

2ª Promotoria de Justiça do Idoso e da Pessoa com Deficiência da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Dar concretude à garantia das vagas reservadas aos estacionamentos/logradouros públicos e privados em defesa dos direitos dos deficientes físicos e idosos, conforme preceitua a legislação correlata.

**31. Inquérito Civil nº 24/2016**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposto desmatamento em área de preservação permanente (APP), na estrada Boiadeira próximo ao córrego Criminoso, conforme Manifestação nº 11.2016.00004101-9.

**32. Inquérito Civil nº 57/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Palmeira, de propriedade de Marcelina Franco

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Palmeira.

**33. Inquérito Civil nº 06.2016.00000327-0**

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Empresa Global Multix

Assunto: Apurar suposta prática de pirâmide financeira envolvendo a empresa Global Multix.

**34. Inquérito Civil nº 06.2016.00001599-9 - SIGILOSO**

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**35. Inquérito Civil nº 06.2017.00001960-0 - SIGILOSO**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**36. Inquérito Civil nº 06.2016.00000697-8 - SIGILOSO**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**37. Inquérito Civil nº 06.2016.00000383-7 - SIGILOSO**

Procuradoria-Geral de Justiça

**38. Inquérito Civil nº 06.2016.00000379-2 - SIGILOSO**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca Campo Grande

**39. Inquérito Civil nº 06.2016.00001037-1**

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Bar Mattos

Assunto: Apurar notícia indicativa de irregularidade consistente na poluição sonora e perturbação do sossego produzido pelo empreendimento denominado Bar Mattos, localizado na rua Balbina de Matos, n. 1478, em Dourados-MS, e demais estabelecimentos vizinhos.

**40. Inquérito Civil nº 06.2017.00001235-1**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar eventual nepotismo e irregularidade no uso de veículo oficial para fins particulares.

**41. Inquérito Civil nº 06.2017.00000225-3**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no cumprimento da jornada de trabalho dos funcionários da Prefeitura Municipal de Bandeirantes mencionados na manifestação registrada perante a Ouvidoria do Ministério Público Estadual sob o n. 11.2016.00003456-2.

**42. Inquérito Civil nº 06.2017.00000400-7**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Antônio João

Assunto: Apurar a prática de ato de improbidade administrativa consistente em retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de exoneração de servidores nomeados para ocupar cargos em comissão criados pela Lei Municipal n. 53/2014 em observância à decisão judicial prolatada nos autos da Ação Popular n. 0801760-93.2014.8.12.0019 movida em face do Município de Antônio João.

**43. Inquérito Civil nº 06.2017.00001421-6**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Café Bambu Bar Ltda.

Assunto: Investigar suposta violação às normas urbanísticas e ambientais, especialmente com relação à prática de poluição sonora e uso abusivo do passeio público pelo estabelecimento comercial denominado Café Bambu.

**44. Inquérito Civil nº 06.2017.00001333-9**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Indústria Pantaneira de Bebidas Ltda e Luis Antonio Delgadillo Salazar

Assunto: Buscar a adoção de providências pelo proprietário da Empresa Indústria Pantaneira de Bebidas Ltda., instalada no bairro Beira Rio, no Município de Corumbá/MS, Sr. Luis Antônio Delgadillo Salazar, com o fito de compensar o dano ambiental perpetrado, bem como reparar o dano moral coletivo, ambos decorrente do vazamento do gás amônia ocorrido no dia 08/06/2017.

**45. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000974-6 - SIGILOSO**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

**46. Inquérito Civil nº 06.2017.00001074-2 - SIGILOSO**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

**47. Inquérito Civil nº 06.2018.00000484-4 - SIGILOSO**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

**48. Inquérito Civil nº 06.2017.00001196-3**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: NAVIRAIPREV – Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Naviraí

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de suposta ocorrência de ato de improbidade administrativa, por ofensa ao princípio da legalidade, no que atine ao atraso no repasses de contribuições previdenciárias descontadas de servidores públicos municipais ao NAVIRAIPREV no mês de dezembro de 2016 e do 13º salário de 2016.

**49. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001215-1**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar eventual ilegalidade decorrente da nomeação da pessoa de Gustavo Garcia Leal para o exercício de cargo comissionado, fora das hipóteses previstas na Constituição Federal.

**50. Inquérito Civil nº 06.2016.00000044-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Chapadão do Sul

Assunto: Apurar dano ambiental localizado na avenida Mato Grosso do Sul cruzamento com a avenida Espírito Santo, consistente em processo erosivo provocado pelas obras públicas de drenagem urbana.

**51. Inquérito Civil nº 06.2017.00001812-3**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na execução de obra para construção de Unidade de Ensino/Creche – modelo ProInfância no Município de Corguinho.

**52. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2017.00009717-4**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Recorrente: Fabrício Martins Alves

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar se o servidor público do município de Camapuã, Fabrício Martins Alves, está exercendo atividade econômica na gerência e administração de empresa, em desacordo com a Lei 1.291/2003.

**53. Inquérito Civil nº 06.2018.00000035-9**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rubens Rodrigues

Assunto: Apurar suposta exploração de floresta nativa na fazenda Gaete.

**54. Inquérito Civil nº 06.2018.00000642-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda São Geraldo

Assunto: Apurar eventuais irregularidades ambientais que ocasionaram o turvamento das águas do rio Sucuri.

**55. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001426-4**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades em contrato firmado entre o Município de Bonito/MS e a empresa Marpav Engenharia, que eventualmente seria de propriedade de um primo do então Prefeito de Bonito, bem como teria terceirizado integralmente a execução do contrato firmado com o Município de Bonito/MS.

**56. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000996-1**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente do estacionamento irregular de veículos nos gramados da Circular da Lagoa Maior, em que é considerado Monumento Natural de Três Lagoas/MS.

**57. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000997-2**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Três Lagoas

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente da ausência do Certificado de Bombeiros no Ginásio de Esportes Cacilda Acre.

**58. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001315-4 - SIGILOSO**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

**59. Inquérito Civil nº 06.2018.00001898-2**

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Apurar as más condições higiênico-sanitárias, físicas e estruturais do local, colocando em risco alunos e funcionários que frequentam o Estabelecimento de Ensino Escola Municipal Willian Tavares de Oliveira.

**60. Inquérito Civil nº 06.2016.00000257-1 - SIGILOSO**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**61. Inquérito Civil nº 06.2016.00000419-1**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar notícia indicativa de desvio de recursos destinados à construção de uma escola no residencial Dioclécio Artuzi que, em tese, estaria sendo executada de forma irregular.

**62. Inquérito Civil nº 06.2016.00001099-3 - SIGILOSO**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**7.2.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:****1. Inquérito Civil nº 06.2015.00000012-5**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Figueirão

Assunto: Fiscalizar a criação e a implementação do Portal da Transparência, bem como o cumprimento da Lei de Acesso à Informação pelo Município de Figueirão.

**2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000033-3**

Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Deodápolis

Assunto: Averiguar a ausência de iluminação pública na Rua Carlos Ruiz Galan, não obstante a cobrança da contribuição de custeio do serviço de iluminação pública.

**3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001137-4**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Anônimo

Requeridos: Município de Deodápolis e Câmara & Trevisan Advogados Associados

Assunto: Apurar eventual ilegalidade na contratação de escritório de advocacia por meio de inexigibilidade de licitação (Processo n. 064/2017).

**4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000273-1**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na nomeação da Secretária Municipal de Finanças de Bandeirantes/MS, Eliane Oliveira.

**5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000551-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alcides Getúlio Carbonaro

Assunto: Verificar possível dano ambiental ocorrido na propriedade rural denominada Fazenda Sol Nascente, localizada no Município de Nioaque/MS, referente à constatação de desmatamento realizada na “Operação-Vinagre” pelo NUGEO/CAOMA/PGJ.

**6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000978-3**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Marcos Vinicius Campagnolli e Douglas dos Santos Gonçalves

Assunto: Apurar a prática de pesca predatória, em época de piracema, sem autorização do órgão competente.

**7.2.2.6. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:**

**1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000273-8**

1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã

Reclamante: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: Apurar a falta de condições de trafegabilidade da rua Grevilea, bairro Residencial Ponta Porã I.

**2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001968-8 - SIGILOSO**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**3. Inquérito Civil nº 06.2018.00001432-0**

1ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar as condições de acessibilidade para portadores de necessidades especiais no edifício das Promotorias de Justiça de Coxim.

**4. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001972-6**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Glória de Dourados e Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Glória de Dourados

Assunto: Verificar e prevenir a ocorrência de eventuais prejuízos à educação das crianças e adolescentes do Município em razão da greve dos professores municipais.

**5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000043-7**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Pércio Joaquim Rodrigues Aurélio

Requerido: Município de Miranda

Assunto: Apurar a ausência de drenagem dos bueiros situados na rua General Câmara com a rodovia BR-262, em Miranda, bem como eventuais danos ocasionados à coletividade e saúde pública.

**6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001956-0**

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital Regional

Assunto: Apurar eventual ausência de médico ortopedista no Hospital Regional de Coxim.

**7. Inquérito Civil nº 06.2018.00002134-3**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Humberto de Almeida

Assunto: Apurar eventual dano ambiental, possível degradação da área de preservação permanente e reserva legal, bem como a regularização jurídico-ambiental da propriedade chácara Cinco Amigos localizada às margens do rio Apa.

**8. Inquérito Civil nº 06.2016.00001309-0 - SIGILOSO**

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**9. Inquérito Civil nº 06.2017.00000460-7 - SIGILOSO**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**10. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000433-3**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Poder Executivo Municipal

Assunto: Apurar a regularidade da contratação de escritório de advocacia pelo Poder Executivo Municipal.

**7.2.2.8. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**

**1. Inquérito Civil nº 06.2015.00000109-0 – SIGILOSO**

Procuradoria-Geral de Justiça

**2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000349-2**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Itaporã

Assunto: Apurar eventual irregularidade cometida pelo Município de Itaporã/MS nos Pregões Presenciais nº 031/2015 e 032/2015, em que a empresa Stock Comercial Hospitalar Ltda. foi indevidamente retirada.

**3. Inquérito Civil nº 06.2016.00000750-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa na realização de concurso público para Procurador do Poder Legislativo de Itaporã/MS, noticiada por meio da denúncia nº 11.2015.00001151-0, realizada junto a Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

**4. Inquérito Civil nº 06.2016.00000172-8**

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta violação à ordem de preferência no atendimento das pessoas com deficiência junto às empresas de vistoria e identificação veicular credenciadas pelo DETRAN/MS.

**5. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000158-0**

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível prejudicialidade aos direitos dos usuários consumidores em razão do horário de funcionamento dos serviços públicos de Administração, Manutenção e Operação das Áreas destinadas ao Estacionamento Rotativo Pago de Veículos Automotores.

**6. Inquérito Civil nº 06.2016.00001042-7 – SIGILOSO**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**7. Inquérito Civil nº 06.2016.00001477-8**

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: SPAL Indústria Brasileira de Bebidas S/A Coca Cola - FEMSA

Assunto: Averiguar a responsabilidade civil da empresa SPAL Indústria Brasileira de Bebidas S/A Coca-Cola, quanto à venda de mercadoria, em condições impróprias ao consumo.

#### **8. Inquérito Civil nº 06.2015.00000089-1**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades relacionadas à contratação de servidora, bem como ao atendimento por meio da classificação de risco no Hospital Regional de Nova Andradina/MS.

#### **9. Inquérito Civil nº 06.2016.00001196-0**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Aprorio Associação de Proprietários de Casas de Veraneio do Vale do Rio Ivinhema.

Assunto: Apurar a licitude do objeto da Associação de Proprietários de Casas de Veraneios do Vale do Rio Ivinhema (Aprorio).

#### **10. Inquérito Civil nº 06.2017.00000163-2**

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerentes: Geraldo Rezende Pereira e Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Dourados, Sebastião Nogueira Faria, Hospital dos Olhos de Dourados

Assunto: Apurar possíveis irregularidades, consistentes no suposto desvio de finalidade de recursos repassados ao Município de Dourados pelo Governo o Estado, para a realização de procedimentos cirúrgicos de facoemulsificação com implante de lente intraocular dobrável (cataratas).

#### **11. Inquérito Civil nº 06.2017.00001387-2**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Quimisul Produtos para Limpeza EIRELI - EPP e Município de Dourados

Assunto: Apurar eventuais fraudes em licitações, por parte da empresa QUIMISUL.

#### **12. Inquérito Civil nº 06.2017.00001260-7**

9ª Promotoria de Justiça Criminal da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a precariedade das instalações e estrutura predial do Estabelecimento Penal Feminino de Regime Semiaberto, Aberto e Assistência ao Albergado de Três Lagoas/MS.

#### **13. Inquérito Civil nº 06.2017.00002120-6**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta irregularidade ambiental na fazenda Moreno - área desmembrada 01, em razão da supressão de 80,0265 hectares de vegetação nativa.

#### **14. Inquérito Civil nº 06.2017.00002224-9**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jorge Sussumu Endo

Assunto: Apurar o desmate irregular de 0,0680 ha de vegetação em área de preservação permanente, na propriedade conhecida como “Fazenda Passo do Jabuti”.

#### **15. Inquérito Civil nº 06.2018.00000054-8**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na fazenda Chapadão, de propriedade da Abba Administração de Bens e Investimentos Ltda.

#### **16. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001051-3**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar eventual omissão do Município de Paranaíba em promover a adequação da mobilidade urbana na rua do Centro de Educação Infantil Caio Silva Beviláqua.

#### **17. Inquérito Civil nº 06.2018.00001292-2**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Secretaria Municipal de Obras

Assunto: Apurar possível negligência da autoridade pública municipal quanto ao dever de zelar pela correta ocupação do solo urbano com respeito às normas de proteção da saúde pública e omissão no exercício do Poder de Polícia, bem como eventuais atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

#### **18. Inquérito Civil nº 06.2018.00001477-5**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Delcio Guzzi

Assunto: Apurar a poluição causada pelo lançamento irregular de resíduos provenientes da atividade de suinocultura, realizada na fazenda Água Branca, de propriedade de Delcio Guzzi, localizada no município de São Gabriel do Oeste.

#### **19. Inquérito Civil nº 06.2018.00001699-5**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na administração financeira do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Município de Corguinho/MS no ano de 2016.

#### **20. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001791-7**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Greta Wille Schnak

Assunto: Apurar suposto exercício irregular de função pública por parte da psicóloga concursada do Município de Chapadão do Sul e possíveis atos de improbidade administrativa decorrentes.

#### **21. Inquérito Civil nº 06.2018.00001845-0 – SIGILOSO**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

#### **22. Inquérito Civil nº 06.2018.00000181-4**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: José Aparecido dos Santos

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de irregularidades administrativas na doação de um imóvel localizado na quadra 15, do lote 22, do bairro Jardim Paraíso IV, em continuação às investigações desenvolvidas nos autos de Procedimento Preparatório nº 70/2016.

#### **7.2.2.9. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2015.00000143-5**

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual



Requeridos: Carlos Alberto Diniz Laburu e outros

Assunto: Apurar degradação ambiental em área de preservação permanente do córrego Bandeira, área úmida e veredas localizadas no imóvel situado na avenida Rita Vieira de Andrade, quadra 10, lote 04, parcelamento Jardim Auxiliadora.

**2. Inquérito Civil nº 06.2015.00000243-4**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Carlos Seibt e Valdir José Zorzo

Assunto: Apurar irregularidade jurídico-ambiental na fazenda Agropecuária Paquetá, atualmente denominada fazenda Dallas, localizada no município de Ponta Porã.

**3. Inquérito Civil nº 06.2017.00002291-6**

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Izaías Pereira da Costa

Assunto: Apurar a ausência de conexão com a rede pública de água e de coleta e tratamento de esgoto.

**4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000846-2**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Paulo Ferraz do Amaral

Assunto: Apurar a necessidade de recuperação de área de preservação permanente da fazenda Santiago do Tinguara, localizada na zona rural de Naviraí- MS.

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO Nº 2018NE000153, DE 14.11.2018.**

Processo PGJ/10/2244/2018.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Objeto: Cancelamento de Empenho (2018NE000148) de 8.11.2018 publicado no DOMP-MS nº 1.858 de 14 de novembro de 2018 (página 28), tendo em vista que a descrição do item 8 da ata estar descrito incorretamente no item 3 da NE000148.

Valor: R\$ 159.715,00

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000154 DE 14.11.2018 DO PROCESSO PGJ/10/2244/2018.**

Credor: ENOREY INTERNACIONAL BRASIL CONSULTORIA LTDA.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Adesão à Ata Registro de Preços nº 30/2017 oriunda do Pregão Eletrônico 30/2017 da Agência Brasileira de Inteligência do Gabinete Institucional da Presidência da República.

Objeto: Aquisição de IBM i2 iBase User Concurrent User - atualização de licença de software com manutenção e suporte técnico por 12 meses, Catmat/Catser 150830, (item 2); IBM I2 Analyst's Notebook Concurrent User - licença de software com manutenção e suporte técnico por 12 meses, Catmat/Catser 150830, (item 3); IBM I2 Analyst's Notebook Concurrent User – atualização de licença de software com manutenção e suporte técnico por 12 meses, Catmat/Catser 150830, (item 4); IBM i2 iBase Designer Concurrent User – atualização de licença de software com manutenção e suporte técnico por 12 meses, Catmat/Catser 150830, (item 8); e IBM i2 Text Chart Concurrent User - atualização de licença de software com manutenção e suporte técnico por 12 meses, Catmat/Catser 150830, (item 9).

Valor: R\$ 159.715,00 (cento e cinquenta e nove mil, setecentos e quinze reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000154 de 14.11.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

## **EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA**

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica e Científica celebrado entre a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, representada por seu Magnífico Reitor, Professor Doutor, Marcelo Augusto Santos Turine, e o MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, Excelentíssimo Doutor Paulo Cezar dos Passos.

Processo: PGJ/10/3305/2016

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Convênio de Cooperação Técnica e Científica, referente à promoção de intercâmbio, interação e complementação de atividades entre as partes, visando dar suporte científico ao Ministério Público para a efetiva e adequada tutela de direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, por mais 2 (dois) anos, sem ônus para o erário público.

Amparo Legal: artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações; e artigo 8º, §2º, do Decreto Estadual nº 11.261, de 16 de junho de 2003.

Vigência: 12.12.2018 até 11.12.2020.

Data da assinatura: 29.10.2018.

## **EXTRATO DE TERMO RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 15/PGJ/2013**

Extrato de Termo Rescisão Amigável do Contrato nº 15/PGJ/2013, firmado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, Helton Fonseca Bernardes, e a REFORCE SISTEMAS ELETRÔNICOS E TECNOLOGIA LTDA.-EPP, representado por Fernando Aparecido da Silva.

Processo PGJ/10/0982/2013.

Objeto: Rescisão amigável do Contrato nº 15/PGJ/2013, mediante acordo, sem ônus para as partes.

Amparo legal: artigo 79, inciso II da Lei 8.666/93.

Data da assinatura: 8 de novembro de 2018.

## **EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 71/PGJ/2017.**

Processo PGJ/10/2337/2017.

Partes:

1 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representada por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, Helton Fonseca Bernardes.

2 – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT), representada por seu Diretor Geral Eng. Ricardo Rodrigues Fragoso, e por seu Diretor Adjunto de Negócios, Eng. Odilão Baptista Teixeira.

Procedimento Licitatório: Licitação inexigida, com fulcro no artigo 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

Amparo legal: Artigo 60, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: A retificação da classificação orçamentária da Natureza de Despesa prevista no item 5.2., da Cláusula Quinta, do Contrato nº 71/PGJ/2018, referente à prestação do serviço exclusivo de visualização, atualização, impressão e gerenciamento de uma coleção de normas técnicas ABNT e MERCOSUL, em formato eletrônico, e da a respectiva prestação de serviços de suporte técnico de maneira que, onde constou “Natureza da Despesa n. 449052” (material permanente), passe a contar “Natureza da Despesa n. 339039”, sem ônus ao erário, pois não se trata de aquisição de material bibliográfico informatizado, mas sim de assinatura de periódicos.

Vigência: 24.10.2018 até 08.08.2019.

Data da assinatura: 24 de outubro de 2018.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE000152 DE 14.11.2018 DO PROCESSO PGJ/10/4144/2018.**

Credor: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Adesão à Ata Registro de Preços nº 4/2018 oriunda do Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018.

Objeto: Aquisição de bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 14 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Marca/modelo: ELGIN MINI ORANGE, (item 12.1).

Valor: R\$ 798,00 (setecentos e noventa e oito reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000152 de 14.11.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE005653 DE 13.11.2018 DO PROCESSO PGJ/10/4146/2018.**

Credor: COM GRAF GRÁFICA E EDITORA LTDA – EPP.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 39/PGJ/2017 - Ata Registro de Preços nº 12/PGJ/2017.

Objeto: Aquisição de serviço de impressão de panfletos, tamanho A5, papel offset de 90g/m², impressão em policromia (4x0 cores). Pedido mínimo: 100 (cem) unidades, (item 7).

Valor: R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE005653 de 13.11.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE005652 DE 13.11.2018 DO PROCESSO PGJ/10/4145/2018.**

Credor: L. F. DE SOUZA – ME.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 39/PGJ/2017 - Ata Registro de Preços nº 12/PGJ/2017.

Objeto: Aquisição de serviço de impressão de cartaz, tamanho A3, papel couchê fosco ou brilho de 170g/m², impressão em policromia (4x0 cores), acabamento com 5 (cinco) pedaços de fita autocolante dupla face no verso do material (extremidade e centro). Pedido mínimo: 50 (cinquenta) unidades, (item 13).

Valor: R\$ 349,00 (trezentos e quarenta e nove reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE005652 de 13.11.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE005639 DE 13.11.2018 DO PROCESSO PGJ/10/4005/2018.**

Credor: A ANT CHAMAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 50/PGJ/2017 - Ata Registro de Preços nº 15/PGJ/2017.

Objeto: Aquisição de recarga de extintor pó químico, cilindro com capacidade para 6 kg, (item 2); recarga de extintor água pressurizada, cilindro com capacidade para 10 litros, (item 3); e recarga de extintor CO2, cilindro com capacidade para 6 kg, (item 4); substituição de manômetro, (item 7); substituição de mangueira AP/PQS, (item 8); substituição de mangueira CO2, (item 9); substituição de válvula AP/PQS, (item 10); substituição de válvula CO2, (item 11); substituição de difusor, (item 12); substituição de punho, (item 13); substituição Sifão CO2, (item 14); substituição Sifão AP/PQS, (item 15).

Valor: R\$ 928,40 (novecentos e vinte e oito reais e quarenta centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE005639 de 13.11.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE005640 DE 13.11.2018 DO PROCESSO PGJ/10/4005/2018.**

Credor: A ANT CHAMAS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - ME.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 50/PGJ/2017 - Ata Registro de Preços nº 15/PGJ/2017.

Objeto: Aquisição de teste Hidrostático extintor AP 10 litros, (item 18); teste Hidrostático extintor CO2 6 kg, (item 19).

Valor: R\$ 91,00 (noventa e um reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE005640 de 13.11.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**

---

**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL**

---

---

**TRÊS LAGOAS**

---

**EDITAL N. 06.2018.00001410-9**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de Três Lagoas/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2018.00001410-9, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n. 06.2018.00001410-9

Requerente: Anônimo

Requerido: Fabiano Melo Alves

Assunto: Apurar eventual ilegalidade na contratação pela Prefeitura de Selvíria da empresa Fabiano Melo Alves (contrato n. 30/18), mediante dispensa de licitação n. 21/2018.

Três Lagoas, 14 de novembro de 2018.

FERNANDO MARCELO PEIXOTO LANZA

Promotor de Justiça

**RECOMENDAÇÃO 005/2018/04PJ/TLS**

Procedimento Administrativo 09.2018.00003616-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Três Lagoas

Objeto: Acompanhar a regularização e implementação da fiscalização do serviço de transporte escolar no Município de Três Lagoas.

Ementa: Recomendar a efetiva fiscalização dos veículos de transporte escolar para garantir o cumprimento da legislação pertinente.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, neste ato representado pela Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Infância e da Juventude da Comarca de Três Lagoas, no exercício das atribuições previstas no artigo 27 da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); e

CONSIDERANDO que o Ministério Público, nos termos do art. 127 da Constituição Federal, é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, ao qual incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público proteger os interesses e direitos atinentes à infância e juventude, adotando as medidas judiciais e extrajudiciais necessárias para salvaguardar o fiel cumprimento da lei, conforme previsto no art. 129, II, da Constituição Federal e art. 201, VIII, da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

CONSIDERANDO que a criança e o adolescente, por expressa determinação do *caput* do artigo 227 da Constituição Federal, são destinatários da mais absoluta prioridade por parte do Poder Público, sendo que tal garantia de prioridade, importa na *precedência de atendimentos no serviço público ou de relevância pública, preferência na formulação e execução das políticas sociais públicas e na destinação privilegiada de recursos públicos*, conforme disposto no art. 4º, parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d”, da Lei Federal nº 8.069/1990 (ECA);

CONSIDERANDO que o art. 212 da Constituição Federal exige que os Municípios apliquem anualmente 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino;

CONSIDERANDO que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito social à educação, *visando o pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho*, conforme assegura os artigos 6º, 205 e 227 da Constituição Federal e artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos;

CONSIDERANDO que o ensino deve ser ofertado e garantido à criança e ao adolescente com base na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, com padrão de qualidade, gratuidade e próximo à residência, assim como determina o artigo 53, I e V, do ECA e artigo 206 da Carta Magna;

CONSIDERANDO que o conceito de educação consignado na Constituição adquire contorno mais abrangente do que a mera instrução, englobando não só a implementação do ensino gratuito e universal, como também meios que permitam o acesso a tal ensino;

CONSIDERANDO que, de forma ainda mais clara, o art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente e o inciso VII do art. 208 da Constituição Federal asseveram que é dever do Estado, *lato sensu*, o fornecimento de transporte escolar à criança e ao adolescente matriculados no ensino fundamental e médio, efetivando-se, assim, o acesso à educação;

CONSIDERANDO que os artigos 10, inciso VII, e 11, inciso VI, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determinam que os Estados e os Municípios incumbir-se-ão de assumir o transporte escolar da rede estadual e municipal, respectivamente;

CONSIDERANDO que a Lei Estadual nº 5.146/2017 estabelece que o transporte escolar, como item fundamental na promoção da educação, constitui direito de todos e dever do Estado e da família, e será promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, visando a conferir ao educando seu pleno desenvolvimento, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que a precariedade do transporte escolar prejudica o acesso ao ensino e que isso é uma afronta ao maior de todos os direitos sociais, a saber, a cidadania, a qual se consolida com a melhora do nível cultural e educacional das pessoas;

CONSIDERANDO que o Código de Trânsito Brasileiro, nos artigos 136 a 138, condiciona a circulação dos veículos de transporte escolar à obtenção de autorização específica emitida pelo órgão executivo estadual (DETRAN-MS), impondo, para tanto, o cumprimento de requisitos próprios, tais como inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança, equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo, cintos de segurança em número igual à lotação e condutor com mais de 21 anos, habilitado na categoria D, aprovado em curso de Condutor de Transporte Escolar e sem registro de infração grave ou gravíssima ou reincidência em infrações médias nos últimos doze meses, além de outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN;

CONSIDERANDO que o Município de Três Lagoas, autorizado pelo artigo 139 do Código de Trânsito Brasileiro e nos limites de sua competência, editou o Decreto Municipal nº 218/2015, o qual regulamenta e estabelece critérios relativos ao serviço de transporte escolar prestado diretamente pelo Município, contrato por este ou ainda privado;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 2º do referido regulamento, compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Três Lagoas a execução do transporte escolar, devendo, para tanto, coordenar os trabalhos realizados pelos servidores envolvidos na execução ou fiscalização dos serviços;

CONSIDERANDO que o serviço de transporte escolar deve atender plenamente aos usuários e satisfazer as condições de continuidade, regularidade, segurança, higiene, cortesia e eficiência, sendo esta última entendida, conforme artigo 5º do regulamento municipal, como o atendimento de todas as obrigações dispostas em editais, em contratos, nos regulamentos e nas demais normas jurídicas aplicáveis, assim como as ordens dos agentes públicos responsáveis com observância dos prazos, dos quantitativos e dos qualitativos exigidos;

CONSIDERANDO que embora o Poder Executivo Municipal tenha transferido a terceiros o transporte escolar estudantil (terceirização), a Prefeitura de Três Lagoas ainda assim é inteiramente responsável pela atividade de transporte escolar, conforme dispõe os artigos 205, 206, I, e 208, VII, da Carta Magna;

CONSIDERANDO que nos contratos entre o Município de Três Lagoas e as empresas VIAÇÃO CLEWIS LTDA (Contrato n. 61/2015) e CRISP TRANSPORTE TURISMO LTDA (Contrato n. 60/2015 e 131/2017), firmados com a finalidade de prestação de serviço de transporte escolar dos alunos da zona rural, há expressa previsão (Cláusulas 2.12, 6.1.1 e 6.1.7 dos contratos firmados em 2015; 15.1 do 2017) de dever do MUNICÍPIO em fiscalizar a execução do objeto licitado, disponibilizando fiscal para acompanhar se as condições de habilitação, qualificação para a contratação e obrigações assumidas estão sendo cumpridas durante a vigência contratual;

CONSIDERANDO que as atuais empresas contratadas, VIAÇÃO CLEWIS LTDA e CRISP TRANSPORTE TURISMO LTDA, assumiram, mediante contrato, a obrigação de cumprir todas as exigências legais e de documentação da legislação específica para o transporte escolar, emitidas pelos órgãos governamentais responsáveis, em especial os de trânsito (Cláusula 2.1, III, nos contratos de 2015; 8.2.1 de 2017); de disponibilizar os veículos diariamente limpos e em perfeito estado de conservação e utilização, e com os demais equipamentos necessários ao cumprimento das exigências da legislação em vigor, aprovados em perícia do setor de trânsito, substituindo imediatamente o veículo que estiver quebrado ou em reparo (Cláusulas 2.1, IV, e 2.13 dos contratos assinados em 2015; itens 8.2.3 e 8.2.5 do contrato de 2017); de submeter os veículos semestralmente à vistoria obrigatória e permitir a vistoria fiscalizatória, a qual poderá ser realizada a qualquer momento e sem aviso prévio, para verificação do cumprimento das exigências da Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e das resoluções do CONTRAN referentes aos serviços de transporte escolar (Cláusula 2.10 dos contratos firmados em 2015; 8.2.7 e 8.2.8 do contrato de 2017);

CONSIDERANDO que, conforme previsão contratual (Cláusula 12.3 dos contratos de 2015 e 10.1 de 2017) e nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/1993, constituem motivo para rescisão do contrato o não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais;

CONSIDERANDO as constantes denúncias e reclamações de pais de alunos acerca das deficiências, más condições dos veículos e interrupções do transporte escolar rural neste Município;

CONSIDERANDO que, conforme Termo de Declaração prestada na Notícia de Fato nº 01.2018.00004296-0, a fiscalização realizada pela Prefeitura Municipal é restrita à conferência de percursos, distância e aumento/diminuição de itinerário, não realizando fiscalização da habilitação do condutor e das condições dos veículos;

CONSIDERANDO que, após análise e acompanhamento dos relatórios expedidos pelo Departamento Estadual de Trânsito-MS nos exercícios de 2017 e 2018, foi constatado que há veículos de transporte escolar que não são submetidos à vistoria obrigatória semestral no prazo estabelecido pelo órgão executivo e que, possivelmente, ainda assim realizam a atividade de forma irregular;

CONSIDERANDO que a Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, no Processo Administrativo nº 09.2018.00002769-2 e após a constatação de diversas irregularidades na frota de veículos que realizam o transporte estudantil, requereu ao Município fiscalização efetiva do serviço de transporte escolar, tendo o Departamento Municipal de Trânsito, em conjunto com a Polícia Militar, relatado que somente no mês de agosto/2018 foram recolhidos 06 (seis) veículos que realizavam a atividade de transporte escolar de forma irregular ou clandestina;

CONSIDERANDO que após as denúncias registradas na Notícia de Fato nº 01.2018.00005393-5 quanto as precárias condições dos ônibus de transporte escolar no Distrito de Arapuá, esta Promotoria de Justiça demandou à Polícia Militar a promoção de blitz de trânsito, realizada em 22/08/2018, quando foram fiscalizados 13 (treze) veículos, dos quais 12 (doze) apresentaram irregularidades tais como ausência de equipamentos obrigatórios (triângulo, estepe, macaco e chave de rodas), tacógrafo sem certificado ou com certificado vencido, veículos sem extintor ou com extintor vencido, pneus em mal estado de conservação ou com banda de rodagem danificada, sistema de sinalização com defeito, condutor sem porte de Certificado de Curso de Transporte Escolar e veículo sem autorização/selo do DETRAN-MS;

CONSIDERANDO que a mencionada blitz foi realizada apenas 20 dias após 11 (onze) desses veículos irregulares terem sido aprovados na inspeção semestral obrigatória (realizada no período de 02 a 27/07/2018), havendo, desse modo, fortes indícios que as empresas aparelham os veículos somente no dia da vistoria com a convicção de que não serão fiscalizadas posteriormente;

CONSIDERANDO que a omissão do poder público municipal na fiscalização e ausência de manutenção da frota escolar colocam em risco à vida e integridade física das crianças e adolescentes que utilizam o serviço, tanto o prestado pelo Município, seja de forma direta ou terceirizada, quanto o prestado por particulares;

CONSIDERANDO que por força de sentença já transitada em julgado nos autos da Ação Civil Pública nº 0002976-97.2006.8.12.0021, o Município de Três Lagoas foi condenado a manter os ônibus escolares sob sua responsabilidade em condições de tráfego, sob pena multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) que incide sobre cada veículo em situação irregular;

CONSIDERANDO ainda que a “*administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)*” (artigo 37, *caput* da Constituição Federal);

CONSIDERANDO, por fim, que o representante do Ministério Público poderá expedir recomendações visando a melhoria dos serviços públicos afetos à criança e ao adolescente, fixando prazo razoável para sua perfeita adequação, conforme consigna o artigo 5º da Resolução nº 015/2007-PGJ, bem como o artigo 201, VIII, §5º, “c”, do ECA;

#### RECOMENDA:

- Ao Excelentíssimo Prefeito Municipal de Três Lagoas que adote medidas para cumprimento efetivo do dever de fiscalização no que tange ao serviço de transporte escolar prestado no Município de Três Lagoas, seja pela administração pública ou por entidades privadas.
- Que seja elaborado calendário e Plano de Fiscalização que contemple os aspectos relacionados à qualidade dos serviços (regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, higiene e cortesia na prestação do serviço), à adequação à legislação de trânsito (se os requisitos para habilitação dos veículos e condutores são cumpridos regularmente) e demais exigências legais e contratuais, conforme prevê o artigo 24 do Decreto Municipal nº 218/2015;
- Que os fiscais designados sejam idôneos, com habilidade técnica, disponibilidade de tempo e recursos para fiscalizar *in loco*, com conhecimento das normas relativas ao transporte escolar e que tenham acesso aos termos dos contratos e dados das Linhas existentes, promovendo, sempre que possível, ações conjuntas com os demais órgãos

(Secretaria de Educação; Secretaria de Infraestrutura, Transporte e Trânsito; Polícia Militar; Departamento Estadual de Trânsito; etc.) de forma a tornar eficaz a rede de fiscalização;

- Tendo em vista o grande número de veículos que atualmente realizam transporte escolar neste Município, a multiplicidade de quesitos/itens a serem conferidos e a distância entre as diferentes regiões (Três Lagoas, Arapuá e Vera Cruz), que sejam designados mais de um fiscal e que sejam em número suficiente para atender de forma eficaz a fiscalização do transporte escolar, garantir a continuidade dos serviços e inibir eventuais tentativas de corrupção;

- Que nas fiscalizações sejam adotados formulários, roteiros e laudos padronizados (com previsão de todos os itens previstos na legislação), os quais deverão ser assinados pelo fiscal responsável e pelo Coordenador de Transporte Escolar e, após as providências administrativas cabíveis quanto à execução do contrato, deverão ser arquivados em local único para eventual apuração e controle, conforme dispõe o regulamento e normas de temporalidade dos documentos;

- Que as fiscalizações sejam realizadas sem aviso prévio às empresas e planejadas de forma a possibilitar que todos os veículos utilizados para transporte escolar municipal sejam submetidos a, no mínimo, uma inspeção fiscalizatória por trimestre;

- Além da fiscalização realizada pela Coordenadoria de Transporte descrita acima, que sejam promovidas, mensalmente, blitzes de trânsito pelo Departamento Municipal de Trânsito em conjunto com a Polícia Militar, de forma a fiscalizar o efetivo cumprimento das exigências da Lei nº 9.503/1997, apurando ainda exercício irregular ou clandestino da atividade de transporte escolar;

- Que haja efetiva fiscalização do fiel cumprimento dos contratos firmados pelo Município de Três Lagoas com as empresas prestadoras de serviço de transporte escolar, que atualmente são VIAÇÃO CLEWIS LTDA e CRISP TRANSPORTE TURISMO LTDA, ou qualquer outra que venha a ser contratada futuramente, aplicando-se, no caso de irregularidades ou ilegalidades, as medidas administrativas previstas nos artigos 28 a 31 do Decreto Municipal nº 218/2015 ou, no caso de não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais, a rescisão do contrato celebrado com as empresas inadimplentes, conforme previsto na Lei nº 8.666/1993, assegurando-se que não haverá prejuízo ou interrupção do serviço de transporte escolar do município;

- Que o Município de Três Lagoas disponibilize canal de comunicação eficaz para os usuários, afixando nos ônibus (art. 9º) de transporte escolar telefone ou e-mail para denúncias, reclamações e elogios relativos ao Transporte Escolar, sendo que cada registro de usuário e cada irregularidade constatada nas fiscalizações deverão, para acompanhamento das providências legais e administrativas adotadas, ser formalizadas em procedimento administrativo, cuja peça inicial será o Termo de Comunicação, conforme previsto nos artigos 6º e 26 do Regulamento Municipal;

- Que os ônibus sejam devidamente identificados com o nome da respectiva linha e que as informações sobre as rotas/itinerários, horários, veículos e nome dos condutores de cada Linha Escolar Municipal sejam disponibilizadas e atualizadas de forma pública e em endereço eletrônico para que os usuários dos serviços tenham acesso e condições para acompanhar a adequação às normas legais e regulamentares, conforme determina o artigo 6º do Decreto nº 218/2015;

- Que cada condutor de transporte escolar registre diariamente em Diário de Bordo da respectiva linha se os trajetos (ida e volta) foram realizados com ou sem ocorrências. No caso de registro de ocorrências, deverá ser relatado de forma sucinta o evento, tal como atolamento do veículo, condições das estradas ou pontes precárias, ocorrências internas no ônibus e alunos envolvidos, trechos não realizados em virtude das chuvas ou problemas mecânicos do veículo, devendo neste último caso informar o veículo que substituiu a rota, além de outras anotações que poderão facilitar a fiscalização e colaborar nos deslinde das reclamações;

- Tendo em vista que a Constituição Federal e a Lei Estadual nº 5.146/2017 estabelecem que o transporte escolar é dever do Estado, da família e da sociedade, que os trajetos utilizados também sejam objeto de fiscalização, de forma que os fiscais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC / Coordenação de Transporte), mediante vistoria, denúncia dos pais/responsáveis ou relatos dos condutores das empresas que executam a atividade no transporte escolar, identifiquem A COMPETÊNCIA das ocorrências relacionadas à necessidade de manutenção de pontes, manutenção de estradas, substituição de porteira/colchetes/tronqueiras por mata-burro ou outras questões que prejudiquem o regular transporte escolar, comunicando oficialmente (ofício ou notificação) os respectivos responsáveis para que, em prazo razoável, adotem as providências necessárias para regularização dos trajetos, ou seja, que, conforme a competência e responsabilidade, sejam instados: o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), no caso de rodovias/pontes Federais; a Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (AGESUL), quando for o caso de rodovias/pontes estaduais; a Secretaria Municipal de Infraestrutura de Três Lagoas, quando se tratar de estradas/pontes municipais e vicinais; os Gestores das Empresas/Indústrias, quando a estrada for objeto de convênio ou pacto de manutenção; ou ainda os proprietários de fazendas quando se tratar de estradas traçadas dentro de propriedades privadas (internas) ou necessidade substituição de porteira/colchetes/tronqueiras por mata-burro, de forma a garantir a segurança das crianças e adolescentes e otimizar o tempo de percurso.

A ausência de observância desta RECOMENDAÇÃO impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as



providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção aos direitos da infância e juventude em tela, inclusive com execução de multas judiciais, execução de obrigação de fazer e remessa de cópia de documentos à autoridade policial e à Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social para apuração de crime e de improbidade administrativa.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

Encaminhe-se, com urgência, cópia da presente RECOMENDAÇÃO ao Excelentíssimo Prefeito Municipal de Três Lagoas, Sr. Ângelo Guerreiro, para ciência e para que manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, se acolherá ou não o recomendado.

Remeta-se, para conhecimento, cópia da presente RECOMENDAÇÃO e das peças úteis às seguintes autoridades e entidades:

- 1) Ao Secretário Municipal de Infraestrutura, Transporte e Trânsito;
- 2) À Secretária Municipal de Educação e Cultura;
- 3) Ao Coordenador de Transporte Escolar, unidade vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- 4) Aos Excelentíssimos Senhores Vereadores;
- 5) À gerente da Agência Regional de Trânsito de Três Lagoas, para ciência das irregularidades constatadas posteriormente em veículos aprovados na vistoria pelo DETRAN-MS;
- 6) Aos representantes legais da empresa CRISP TRANSPORTE E TURISMO LTDA. e VIAÇÃO CLEWIS LTDA.;
- 7) Ao Comandante do 2º Batalhão da Polícia Militar de Três Lagoas;
- 8) Ao Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude;
- 9) À assessoria de imprensa do Ministério Público Estadual, para a devida publicação no Diário Oficial.

Três Lagoas/MS, 14 de novembro de 2018.

ANA CRISTINA CARNEIRO DIAS  
Promotora de Justiça

---

#### COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

---

#### AMAMBAI

---

#### EDITAL Nº 0110/2018/02PJ/AMB

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Procedimento Administrativo: 09.2018.00004220-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coronel Sapucaia

Objeto: Fiscalização de medidas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Coronel Sapucaia/MS. (PA 37/2016).

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu migração do Procedimento Administrativo físico n. 37/2016/2ªPJAmb para o sistema SAJ/MP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Amambai (MS), 19 de novembro de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO  
Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**ANASTÁCIO**

---

**NÚMERO MP: 06.2017.00000583-9**

Edital N. 0003/2018/PJ/ANC

A Promotoria de Justiça de Anastácio torna pública a instauração do Inquérito Civil N. 06.2017.00000583-9, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Juscelino Kubitschek, 1445, Jardim América (Edifício do Fórum), em Anastácio (MS).

Inquérito Civil N. 06.2017.00000583-9;

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: a apurar;

Assunto: Apurar possíveis atos de improbidade administrativa em tese praticados pela Diretora da Escola Estadual Roberto Scaff, Eliane Carpejani, assim como por seu marido, Eduardo Carpejani.

Anastácio, 11 de novembro de 2018.

MATEUS QUIRINO

Promotor de Justiça.

**NÚMERO MP: 06.2017.00001039-7**

Edital N. 0002/2018/PJ/ANC

A Promotoria de Justiça de Anastácio torna pública a instauração do Inquérito Civil N. 06.2017.00001039-7, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Juscelino Kubitschek, 1445, Jardim América (Edifício do Fórum), em Anastácio (MS).

Inquérito Civil N. 06.2017.00001039-7;

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requeridos: Nildo Alves de Albres, Silas Cabral da Silva, Cimara Fernandes de Oliveira Cabral, Mary Beatriz Ibarra Prado Albuquerque, Jorge Alberto Pereira Barbosa, Moacir Nunes da Silva Junior, Aldo Jose dos Santos, Veronice Aparecida Terra;

Assunto: Apurar a ocorrência, em tese, de acúmulos irregulares de cargos públicos e o recebimento irregular de proventos.

Anastácio, 11 de novembro de 2018.

MATEUS QUIRINO

Promotor de Justiça.

---

**DEODÁPOLIS**

---

**EDITAL Nº 0083/2018/PJ/DPS**

O Promotor de Justiça da Comarca de Deodápolis - MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Avenida Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro - Edifício do Fórum, em Deodápolis/MS. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocementos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil SAJMP nº 06.2018.00003082-0

Noticiante : Ministério Público Estadual

Interessado : COPASUL - Cooperativa Agrícola Sul-Matogrossense

Assunto : Apurar eventual poluição do ar causada por fumaça proveniente das instalações e atividades da Cooperativa Agrícola Sul Mato-Grossense Ltda. - COPASUL, no Município de Deodápolis/MS.

Deodápolis/MS, 14 de novembro de 2018.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

---

**PEDRO GOMES**

---

**EDITAL Nº 0038/2018/PJ/PDG.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00000630-9, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000630-9.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Sérgio Atílio Chiavoloni.

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais na propriedade do requerido noticiadas nos Autos de Infrações n. 23659, nº. 23660 e 23661, bem como os documentos indicados ao Ofício nº 086-3ªBPMA/2017 e que àqueles constituem, bem como promover medidas necessárias à recuperação e à reparação ambiental.

Pedro Gomes/MS, 14 de setembro de 2018.

ADRIANO BARROZO DA SILVA

Promotor de Justiça em Substituição Legal